

## A POLÍTICA EXTERNA DA VENEZUELA ENTRE PUNTO FIJO E HUGO CHÁVEZ: RUPTURAS E CONTINUIDADES

Por *Leonardo Valente*[i]

**Resumo:** A chegada de Hugo Chávez ao poder na Venezuela, em 1999, além de inaugurar uma fase marcada por governos progressistas na América do Sul, resultou na execução de uma política externa de características *sui generis* na região, com um antagonismo em relação aos Estados Unidos que vigorou de forma ativa entre 2002 e 2009. O objetivo deste trabalho é comparar todas as fases do governo Hugo Chávez, especialmente sua fase mais antagonista em relação aos EUA, com as políticas externas das quatro décadas anteriores (1958-1998), denominada Era do Pacto de Punto Fijo, ressaltando tanto os pontos de ruptura como também de convergência. O governo Chávez, ao mesmo tempo em que inaugurou novas posturas da Venezuela no cenário internacional, foi resultado também de um processo histórico permeado de características estruturais do país de difícil alteração. Entender essa dinâmica torna-se fundamental para uma compreensão mais profunda sobre sua política externa.

**Palavras-chave:** Venezuela. Hugo Chávez. Política Externa. Revisionismo periférico. Confrontação antagônica. Confrontação autonômica. Realismo periférico. Diplomacia do petróleo.

**Abstract:** The coming to power of Hugo Chavez in Venezuela in 1999, and usher in a period marked by progressive governments in South America, resulted in the implementation of a common external characteristics *sui generis* in the region with an antagonism toward the United States that actively lasted between 2002 and 2009. The objective of this study is to compare all phases of Hugo Chávez government, especially its most antagonistic toward the United States, with the external policies of the previous four decades (1958-1998), was known as the Pact of Punto Fijo, highlighting both points breaking as well as convergence. The Chávez government, at the same time opened new positions in Venezuela in the international arena, was also a result of a historical process pervaded the country's structural characteristics of difficult change. Understanding these dynamics becomes important for a deeper understanding of its foreign policy.

**Key Words:** Venezuela. Hugo Chávez. Foreign Policy. Revisionism peripheral. Antagonistic confrontation. Confrontation autonomic. Peripheral realism. Oil diplomacy.

A chegada Hugo Chávez à Presidência da Venezuela, em 1999, é, sem dúvida, um marco de mudanças fundamentais na política externa do país. Por mais de quatro décadas, os governos que passaram pelo Palácio Miraflores ficaram conhecidos por seus alinhamentos em relação aos Estados Unidos, especialmente na questão fundamental de quase todo período: a Guerra Fria e o combate ao comunismo. Chávez não somente rompeu com uma alternância de poder de 40 anos entre dois partidos, mas também ao assumir o país dez anos após a queda do Muro de Berlim retirou a Venezuela, tanto da

antiga da lógica bipolar que não fazia mais sentido, mas que resistia agonizante, tanto quanto da política neoliberal, esta unipolar e típica da hegemonia americana dos anos 90, usada como receita ortodoxa de salvação de uma economia à beira do precipício.

No entanto, é simplório apontar o governo Chávez como um período exclusivamente de ruptura, assim como é redutor afirmar que os governos dos quarenta anos anteriores também não o influenciaram em vários aspectos, especialmente na política externa. Chávez não pode ser apontado como um fenômeno isolado da política venezuelana, mas fruto de um processo histórico marcado por dinâmicas internas e externas determinantes para compreendermos a forma como a Venezuela se inseriu e ainda se insere no sistema internacional.

O objetivo deste artigo, portanto, é o de ressaltar aspectos de ruptura, mas também de continuidade na política externa do governo Chávez, em comparação ao momento histórico anterior: a Era do Pacto de Punto Fijo, entre 1958 e 1998. Desta forma, é possível identificar não somente as diferenças entre dois momentos tão distintos da História venezuelana, mas também identificar comportamentos e orientações frutos de uma dinâmica estrutural e de heranças históricas, fundamentais para se entender em profundidade o comportamento externo da Venezuela.

### **O pacto de Punto Fijo: a era dos “amigos sim, negócios à parte”**

Durante quase 130 anos de independência, a Venezuela teve apenas um período de pouco meses de governo democraticamente eleito, durante a gestão do presidente Rómulo Galegos, em 1948. Esse longo período de sucessões indiretas, no entanto, foi sucedido por uma era democrática que se iniciou com a derrubada da ditadura militar de Pérez Jiménez, em 1958, e que já se prolonga por 53 anos, até os dias de hoje, apesar de duas tentativas de golpe, uma em 1992 e outra em 2002.

A primeira fase dessa era democrática é geralmente apontada com duração de quatro décadas (1958-1998), e foi marcada essencialmente pela alternância de poder entre dois grandes grupos políticos de elite distintos, mas com mais pontos de convergência do que diferenças, tanto na ideologia quanto na prática de governança: a Ação Democrática (AD), social democrata, e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (Copei), de tendência democrata-cristã. Esse período,

essencialmente bipartidário, ficou conhecido como *Era do Pacto de Punto Fijo* e só teria se encerrado com a chegada de Hugo Chávez Frias à Presidência do país.

As bases de Punto Fijo surgiram em 1957, em meio a uma grande articulação de vários setores sociais para derrubar Pérez Jiménez. Após sua queda e a vitória dos opositores, os principais segmentos da Junta Patriótica, que não viam seus parceiros de esquerda como forças confiáveis para o futuro governo, promoveram imediatamente o expurgo de todos os setores considerados “não adequados” a uma boa imagem da Venezuela, especialmente em relação aos Estados Unidos.

As lideranças de direita, especialmente da AD e Copei, em consonância com setores empresariais, acreditavam que as boas relações com os Estados Unidos seriam fundamentais na formação do futuro governo e que era necessário dar sinais favoráveis a Washington em meio a uma fase tensa da Guerra Fria, especialmente no continente americano. Com isso, movimentos sindicais de esquerda, alguns setores militares de baixo escalão e especialmente o Partido Comunista da Venezuela passaram a ser vistos como forças opositoras e, mesmo tendo colaborado de forma decisiva, especialmente em combates de guerrilha no interior para a queda do regime, foram expulsos da aliança e muitos de seus membros mortos, presos ou exilados.

Em meio ao turbilhão político do governo provisório venezuelano, aproveitando-se da situação favorável aos seus interesses, os Estados Unidos fizeram questão de ressaltar que a estratégia de expurgar a esquerda do processo político da Venezuela era bem-vinda e que contava com o apoio necessário da Casa Branca. Em visita a Caracas, o então vice-presidente norte-americano Richard Nixon deixou claro que o novo governo venezuelano deveria “adotar uma postura anticomunista, assimilando e disseminando os valores americanos”.

No mesmo ano em que Jiménez foi deposto, foram realizadas eleições presidenciais e Rômulo Betancourt, que já havia sido presidente venezuelano (1945-1948) após um golpe de Estado, foi eleito. Em primeiro de janeiro de 1959, data da posse de Betancourt, a Junta Patriótica cedeu lugar ao início do Pacto de Punto Fijo. Betancourt, que era visto com certa desconfiança por parte dos Estados Unidos, inicia seu segundo mandato com o desafio de manter a adesão popular e, ao mesmo tempo, a anuência internacional.

Sem a presença importante de forças políticas de esquerda, e abandonadas antigas ideias nacionalistas do primeiro mandato, a Presidência de Bettancourt centrou suas forças na execução de projetos que atendiam aos interesses setoriais das elites. O primeiro deles foi o consenso sobre não adotar qualquer lei que pudesse resultar em redistribuição de riqueza, pelo menos até que o processo democrático estivesse consolidado, medida essa que tranquilizou o empresariado, cada vez mais importante na vida econômica do país.

Se o conservadorismo mais radical marcou o primeiro governo de Punto Fijo no plano interno, na política externa o contexto internacional e a interdependência por conta do petróleo levaram Betancourt a um alinhamento com os Estados Unidos que até Washington não acreditava ser possível.

Após o expurgo da esquerda e a definição clara do governo aos olhos internacionais como de direita, Betancourt passou a ver os governos de esquerda que surgiam na região, especialmente o cubano liderado por Fidel Castro, como muito mais nocivos que a política hegemônica dos Estados Unidos. O medo de ver o comunismo avançar pelo Caribe e pela América Central, e chegar com força à Venezuela, fez com que a aproximação de Betancourt com os americanos se tornasse um movimento inevitável, ao mesmo tempo em que o combate ao comunismo internamente, e a ajuda ao combate à Revolução Cubana e seus desdobramentos se tornaram cada vez mais intensos. Tal prioridade fez o posicionamento venezuelano se radicalizar em meio a Guerra Fria. Na política externa, essa radicalização se compôs no que ficou conhecido como “Doutrina Betancourt”.

Tal doutrina, que foi seguida de forma intermitente durante todo o período de Punto Fijo, consistia basicamente no não reconhecimento por parte da Venezuela de governos não democráticos, o que incluía todo o bloco comunista, e na luta internacional pelo respeito aos direitos humanos, pela democracia e pela cooperação pacífica entre os países.

Pode-se interpretar a “Doutrina Betancourt” como uma declaração incontestada de alinhamento da Venezuela aos Estados Unidos, numa tentativa de se superar as antigas desconfianças em relação ao então presidente. Alinhamento esse que, muitas vezes, se caracterizou sobre condições, e não automático, mas mesmo assim de extrema

importância tanto para relações hemisféricas dos Estados Unidos, quanto para o comportamento das burguesias venezuelanas nas décadas seguintes.

A imposição radical da Doutrina Betancourt, ainda durante a primeira Presidência de Punto Fijo, fez a Venezuela, paradoxalmente, adotar posturas distintas dos Estados Unidos na região, não reconhecendo as ditaduras militares que se espalharam pelo continente e que tiveram a anuência, e em alguns casos a direta cooperação de Washington, e que eram de direita. O progresso resultante do grande aumento da receita com o petróleo e os sinais dados aos americanos sobre os valores defendidos internacionalmente deram a Venezuela o conforto suficiente para achar que na luta pela sobrevivência de sua incipiente democracia era necessário, algumas vezes, discordar de seu principal aliado internacional.

No entanto, é ainda no governo Betancourt que a política do petróleo começa a dar sinais de certa independência em relação à orientação externa do governo. As frequentes pressões das grandes empresas americanas e europeias para a diminuição dos preços do barril de petróleo no mercado internacional irritaram o governo venezuelano e os demais países exportadores. Diante da ameaça de perdas de divisas, mesmo sobre pressão e demonstração de descontentamento por parte dos Estados Unidos, Betancourt cedeu aos apelos dos países árabes e participou ativamente, em 1960, da criação da Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep), um cartel com o claro objetivo de defender os preços do produto contra o lobby das grandes corporações e países importadores.

É a partir do esforço da Venezuela para a criação da Opep que podemos diferenciar de forma mais clara a diplomacia do petróleo em contraste com orientações políticas dentro da mesma política externa. Enquanto uma seguia no aprofundamento de relações com Estados rivais a Washington e num movimento de cartel que preocupava os Estados Unidos, a outra demonstrava um forte alinhamento político em meio a Guerra Fria e uma disposição de transformar a Venezuela no baluarte latino-americano de combate ao comunismo.

### **As orientações da política externa de Puntofijo**

É importante ressaltar que a política externa venezuelana, pelas condicionantes estratégicas do país, tem na chamada diplomacia do petróleo uma de suas variáveis políticas mais relevantes. O país é o terceiro maior exportador mundial do produto, o terceiro maior exportador para os Estados Unidos e atualmente possui as maiores reservas mundiais, superiores a da Arábia Saudita. Cerca de 80% de seu PIB tem como origem a atividade petrolífera, o que fez do país vítima histórica da conhecida “Doença Holandesa”, tornando-o totalmente dependente das oscilações e da dinâmica própria desta atividade.

Essa variável, apesar de não ser totalmente independente, tem demonstrado ao longo da História do país certa autonomia de ação. Porém, não se demonstrou capaz de moldar completamente o todo da política externa. Esta também é influenciada pelo que se convencionou chamar aqui de orientação política externa. Esta, por sua vez, pode estar em convergência com a diplomacia do petróleo ou seguindo orientação oposta. No caso de orientações opostas, a política externa venezuelana tem demonstrado agir de forma dupla, com orientações sobrepostas e de forma simultânea. Trata-se, no entanto, de uma só política, pois, em última instância, a decisão sobre ambas as orientações sempre estiveram nas mãos do Executivo. Neste artigo, a ênfase é dada mais nas orientações políticas do que na diplomacia do petróleo, apesar das notórias interfaces entre ambas.

Entre 1958 e 1998, a Venezuela teve nove mandatos presidenciais, oito regulares e um de transição de um ano (1993-1994). Foi neste período que se começou a observar que as orientações políticas externas nem sempre caminhavam ao lado dos interesses da diplomacia do petróleo. Até o início da década de 90, tirando-se as divergências pontuais, as relações políticas bilaterais com os Estados Unidos foram intensas, de grande cooperação e sem grandes percalços. Já a diplomacia do petróleo levou muitas vezes o país a uma posição delicada em relação aos americanos.

Talvez Estados Unidos no haya tenido un mejor amigo que Venezuela en toda América Latina durante los años sesenta. Esto no quiere decir, sin embargo, que Venezuela se haya permitido nunca ser un amigo incondicional, especialmente cuando el principio de no-intervención estaba en juego. (ESCOBAR E ROMERO, Carlos Alberto, 2005: p. 37).

O pragmatismo e a política mais independente em relação aos Estados Unidos em alguns momentos, especialmente na década de 70, tiveram uma forte base econômica de sustentação. Beneficiado por uma entrada de recursos sem precedentes por causa da alta do petróleo – os preços quadruplicaram após o choque de 1973 - o presidente Carlos Andrés Perez deixou claro muitas vezes que achava que a Venezuela chegaria ao primeiro mundo a partir da atividade petrolífera. Com dinheiro sobrando e um aumento notório do bem estar das classes médias e da elite, o país chegou a ser chamado durante seu governo de “Venezuela Saudita”. Perez também intensificou as ações para uma maior influência do país na América Central e no Caribe. Neste caso, quase sempre a meta era usar o poder da indústria do petróleo para aumentar a ajuda e interdependência econômica entre as regiões, em moldes muito semelhantes ao que Hugo Chávez faria décadas depois.

Também foi o otimismo com a entrada de divisas que proporcionou mais uma medida que em nada agradou os Estados Unidos. A nacionalização de grandes empresas estrangeiras petrolíferas que atuavam no país, na maior reforma do setor desde 1943. Andrés Perez gastou cerca de US\$ 1 bilhão na compra das subsidiárias de companhias americanas e europeias na Venezuela, todas adquiridas, no entanto, por valores de mercado e sem prejuízos financeiros para as grandes multinacionais. Mas, mesmo com a política externa mais independente adotada por Pérez e por seu antecessor, e mesmo com as nacionalizações que em nada agradavam Washington, os Estados Unidos ainda consideravam as relações com a Venezuela dentro da normalidade e estratégicas. Tratava-se da democracia, sob o olhar da Casa Branca, mais confiável da América do Sul, com uma base política de sustentação de direita e historicamente avessa às empreitadas revolucionárias da esquerda.

Mas tanto a política interna de grandes obras e projetos assistencialistas, quanto as diretrizes da política externa sofreram grandes revés a partir de 1982, por dois motivos de grande relevância. O primeiro foi que a grande entrada de divisas oriundas do petróleo não conseguia mais manter a situação macroeconômica do país estável, por conta do crescimento sem controle da dívida externa deixada por Andrés Pérez. O grande endividamento fez com que em 1983 o Banco Central da Venezuela se declarasse insolvente, gerando uma crise econômica sem precedentes no país. Na

política externa, a postura mais autônoma da Venezuela foi diretamente prejudicada pela crise econômica, mas também pela volta do acirramento bipolar da Guerra Fria durante o governo norte-americano de Ronald Reagan.

A combinação entre o início de uma crise econômica e uma política mais ativa dos Estados Unidos na região provocaram um recrudescimento da diplomacia venezuelana e uma volta ao alinhamento mais estreito com Washington, parceiro comercial fundamental, especialmente diante dos problemas econômicos. Diante da impossibilidade de conduzir a política pragmática do início de seu mandato, o governo do presidente Campíns se volta para a aplicação de um modelo menos radical da já engavetada Doutrina Betancourt. Se não era mais objetivo romper com regimes ditatoriais, a construção de uma diplomacia voltada para a defesa da liberdade e dos direitos humanos se configurava como uma saída para o ostracismo no cenário regional.

A revisão na orientação da política externa afetou diretamente as relações com Cuba, reatadas por Andrés Pérez. Campíns travou uma pessoal e engajada batalha nos corredores das Nações Unidas para evitar que a ilha fosse eleita para representar a América Latina como membro não-permanente no Conselho de Segurança da ONU, argumentando que a região não poderia ter uma ditadura a representando em um fórum tão importante.

Andrés Pérez voltou para o Palácio Miraflores, em 1988, sob a esperança popular de que os tempos de bonança de seu governo anterior ocupassem com ele a Presidência. Mas o país de seu segundo mandato em quase nada mais se parecia com a Venezuela Saudita da qual se orgulhava em citar. A crise econômica, cujo embrião se desenvolveu em sua gestão anterior com uma explosão de gastos públicos, estava completamente fora de controle. Para complicar, o presidente que se beneficiou do pós-choque de 1972 viu, no fim da década de 80, os preços do petróleo despencarem por causa de uma acentuada queda na atividade econômica mundial. A saída encontrada pelo presidente para conter a crise em nada se pareceu com as políticas de grandes obras e infraestrutura, e a diplomacia independente que defendera nos anos 70. Com a Guerra Fria entrando em seus momentos finais e a receita econômica neoliberal começando a mostrar sua força, Andrés Perez viu na nova cartilha do Fundo Monetário Internacional (FMI) e no recém-estabelecido Consenso de Washington a solução para os problemas econômicos de seu país.

O pacote pouco efeito surtiu nas contas públicas, mas provocou uma queda ainda mais acentuada no poder de compra da população. Já a reação popular contras as medidas foi quase imediata e com um grau de adesão e revolta não vistos desde a queda do ditador Jiménez, em 1958. Em 27 de fevereiro, menos de um mês após o anúncio do pacote, protestos de rua na cidade de Guarenas, na Região Metropolitana de Caracas, ganharam rápido vulto e chegaram até a capital. No dia seguinte, milhares de pessoas tomaram conta das principais avenidas e ruas da capital venezuelana, protestando contra o pacote do governo, saqueando lojas e invadindo prédios e repartições públicas. O medo de que uma convulsão social daquela proporção resultasse em um golpe fez o presidente agir com ainda mais violência que os manifestantes, transformando Caracas em uma praça de guerra. Algumas horas de confronto provocaram, segundo dados oficiais, cerca de 100 mortos, mas, segundo relatos de entidades não-governamentais, mais de 300 pessoas teriam morrido no massacre, que ficou conhecido como Caracazo. O nome é uma clara referência ao Bogotazo, distúrbio popular histórico e amplamente conhecido nos países andinos, que ocorreu em Bogotá em 1948.

A crise, a cada vez maior dependência da ajuda do FMI e dos Estados Unidos, e a instabilidade política fizeram a política externa do segundo mandato de Pérez ser radicalmente diferente da diplomacia de seu primeiro governo e em muitos momentos adotar uma postura de alinhamento automático com Washington. A mudança foi tão radical que o segundo período Pérez é considerado por alguns cientistas políticos venezuelanos como o da reedição da Doutrina Betancourt. Mais uma vez, a política externa venezuelana se concentrou na defesa da democracia, especialmente no continente, só que agora com uma postura totalmente convergente com o governo americano.

Ainda no primeiro ano de seu governo, em 1989, Pérez deu aos Estados Unidos a demonstração de que sua postura em nada se parecia com o governo mais independente dos anos 70. O Palácio Miraflores foi o principal aliado do então presidente George Bush na investida diplomática contra o governo do general Manuel Antonio Noriega no Panamá. Quando o resultado das eleições panamenhas foi anulado por Noriega, gerando uma reação furiosa dos Estados Unidos, foi a Venezuela o primeiro país latino-americano a rejeitar a anulação, retirando seu embaixador da Cidade do Panamá. Após a invasão do Panamá por tropas americanas, apesar dos

pedidos de moderação e de fim da violência feito por Miraflores em notas oficiais, a Venezuela teve papel importante na OEA, se abstendo na votação para condenar o uso de força militar pelos Estados Unidos.

Também evocando a Doutrina Betancourt, Perez rompeu relações com os governos do Haiti (1991), por conta do golpe contra o presidente recém-eleito Jean Bertrand Aristide, e com o Peru (1992), em virtude do autogolpe feito pelo então presidente Alberto Fujimori. No caso do Haiti, Pérez participou ativamente das negociações internacionais para um embargo econômico, e suspendeu todo o fornecimento de petróleo ao país. Perez resistiu ao Caracazo, à crise econômica e aos golpistas liderados por Chávez. Mas as fraturas e divisões resultantes de tantas crises fizeram com que sucumbisse aos escândalos de corrupção em seu Gabinete que, apesar de não terem sido uma novidade, ganharam grandes dimensões e provocaram reações populares entre 1992 e 1993, resultando em seu posterior impeachment.

Ao chegar novamente à Presidência, em 1994, Rafael Caldera dirigiu um governo marcado pelo apoio de setores da esquerda, mas que deu tom de continuidade à política econômica neoliberal implantada por Andrés Pérez, apesar das medidas intervencionistas de emergência. Na política externa, Caldera enfrentou o desafio de manter uma boa política de negociação com o FMI e outros organismos econômicos internacionais em meio à antipatia dos Estados Unidos, especialmente por conta das medidas de cunho nacionalista tomadas por seu primeiro governo. A insatisfação da Casa Branca foi alimentada rapidamente pela direita venezuelana, apoiada pela ala conservadora dos militares, e os rumores sobre um golpe de Estado tornaram-se muito fortes e só desfeitos por conta da uma forte atuação da diplomacia brasileira no governo do presidente Itamar Franco.

Caldera foi o último suspiro do agonizante Pacto de Punto Fijo, tanto sua política externa quanto sua tentativa de manutenção de um sistema de poder oligárquico não convenceram os venezuelanos e seus principais parceiros. Seu governo abriu as portas que que forças políticas, tradicionalmente apartadas do processo político venezuelano e que desde 1992 buscava meios efetivos para chegar ao poder, conquistassem pela primeira vez a Presidência do país, com a vitória eleitoral de Hugo Chávez Frias.

### **A política externa de Hugo Chávez: de 1999 a 2002, no caminho da autonomia**

No dia 2 de fevereiro de 1999, o líder mestiço da rebelião de 1992, que vinha das fileiras do baixo oficialato do Exército, assumiu a Presidência da Venezuela após vencer as eleições mais disputadas dos últimos quarenta anos, prometendo fazer o que classificou como Revolução Bolivariana que, segundo ele, refundaria o país.

Na prática, a chegada de Hugo Chávez ao poder não representou de pronto a construção de uma orientação externa totalmente diferente da de seus antecessores na Venezuela. Se a ruptura em relação aos governos dos anos 80 e 90 e em relação ao modelo neoliberal foi notória e imediata, o projeto construído pelo novo governo no primeiro momento em muito se pareceu, na prática, com as políticas implantadas no país entre os anos 60 e 70. Articular com a OPEP e com grandes produtores de petróleo a manutenção dos preços internacionais do barril, manter uma postura diplomática mais independente, porém discreta e não antagônica, em relação aos Estados Unidos e intensificar o diálogo com a vizinhança para futuros projetos de integração eram as pautas prioritárias. Estas, no entanto, também estiveram no alto das agendas de vários governos de Punto Fijo, mesmo que por motivações diferentes quanto ao alinhamento e em conjunturas distintas.

A aproximação que Chávez promoveu ainda nos primeiros dois anos de seu governo com países como Líbia e Iraque, fortes desafetos de Washington para a articulação de políticas conjuntas de petróleo, chegou a ser anunciada pela mídia internacional como um ato hostil e provocador de desavença. De fato, foram gestos que aumentaram a desconfiança da Casa Branca em relação a um líder do qual já não gostava. No entanto, por si só não poderia ser considerada como responsável, isoladamente, pelo distanciamento entre os dois países que se tornará notório a partir de 2002.

Nos anos 70, em meio a Guerra Fria, o então presidente Carlos Andrés Pérez estabeleceu estreitas relações políticas e comerciais com países do Leste da Europa, com a China e com a União Soviética, onde inclusive discursou na Duma e assinou diversos acordos de cooperação. Pérez e outros presidentes, como Rafael Caldera, também fortaleceram a participação da Venezuela no Movimento dos Países Não-Alinhados e Caracas, no final dos anos 70 e início dos anos 80, fez forte oposição às

políticas de intervenção dos Estados Unidos na América Central. Mesmo assim, a forte ideologia de direita que marcou todo o período de Punto Fijo e o intenso combate contra os comunistas, travado desde a inauguração do pacto de elites, em 1958, fazia com que na visão americana Caracas, enquanto estivesse nas mãos de líderes da AD e Copei seria um aliado seguro, mesmo que em um alinhamento sobre condições. A aproximação da Venezuela de Pérez de Moscou não representava na ótica da Casa Branca qualquer ameaça hemisférica. Era apenas uma política pragmática de relacionamento.

Chávez assumiu uma Venezuela fora do contexto de Guerra Fria e em meio a crises econômicas mundiais sistêmicas que colocavam em xeque o modelo neoliberal dos anos 90, ameaçando assim o “fim da História”, teorizado por Francis Fukuyama, a estabilidade das democracias neoliberais e pondo novos desafios para a liderança unipolar americana. A formação de esquerda, unida ao fato de ser um militar com histórico golpista faziam os Estados Unidos dos anos 90, que exerciam o papel de polícia especialmente sobre regimes autoritários e ameaças de golpes, olharem com desconfiança para suas pretensões, sem, no entanto, ultrapassar em um primeiro momento o campo da pura antipatia.

Chávez, por sua vez, diante da situação econômica caótica que pegou após 20 anos de crises e convulsões, também sabia que não podia abrir mão do bom relacionamento comercial com os Estados Unidos. Muito pelo contrário, deveria fomentar o aumento das exportações de petróleo para seu maior mercado, em uma tentativa de reverter a grave queda de entrada de divisas e ter recursos para a execução de seus projetos de reformas internas e programas sociais. Os Estados Unidos, portanto, não eram vistos pelo novo governo como um mal a ser combatido. Era a grande potência que, na visão chavista, devia ter boas relações com Caracas sem, no entanto que isso representasse, segundo ele, a subserviência e o alinhamento incondicional dos últimos governos venezuelanos.

Elementos discursivos como “autodeterminação” e “independência”, caracterizados no discurso de posse como direitos irrenunciáveis fazem parte do embrião do revisionismo que começará a ser desenvolvido em 2002 e indicam uma pré-disposição para a ruptura com a orientação externa aplicada nos anos 90. No entanto, a necessidade de reformas internas, a crise econômica e o cenário internacional pouco

favorável para as exportações de petróleo assim que assumiu o governo fizeram com que a postura externa do governo Chávez entre 1999 e 2002 tivesse pouca relevância se comparada a outras políticas, anseios e necessidades do próprio governo e da opinião pública venezuelana.

Os principais temores dos Estados Unidos e da oposição venezuelana em relação ao governo que se iniciava não estavam focados na diplomacia. O alvo de preocupação eram as reformas internas, o que elas representariam para o continente americano e o quanto fortaleceriam politicamente o novo presidente. O uso dos recursos oriundos das exportações de petróleo para projetos de inclusão social foi uma novidade que desagradou a oposição. A nova Constituição, elaborada logo após a posse de Chávez, despertou a atenção dos Estados Unidos e também das forças conservadoras venezuelanas para uma reforma política que, em sua nova estrutura, poderia facilitar o caminho para a reeleição.

### **De 2002 a 2009: O revisionismo periférico antagônico na prática**

A tentativa de golpe de Estado contra o presidente e a sequente paralisação geral liderada pela PDVSA, ambos em 2002, foram cruciais para uma mudança de rumos na forma como o governo Hugo Chávez conduziu os assuntos externos. Os fortes indícios, na visão do Palácio Miraflores, de ativa participação americana nos dois episódios davam a entender, na visão do novo presidente, que a postura do governo de George W.

Bush pós 11 Setembro em muito se aproximava da postura intervencionista americana na América Latina dos anos 60 e 70, e uma união entre uma Casa Branca intervencionista a uma oposição interna que já dava claros sinais de que não estava disposta a retomar o poder pela via democrática poderia resultar em mais tentativas, estas cada vez mais fortes, de derrubá-lo. Era necessário neutralizar as ações golpistas da direita e bloquear na medida no possível as ações americanas junto a essa oposição. Surgia nesse momento a necessidade de não apenas fazer da Venezuela um país mais ativo no cenário internacional, mas de reposicionar os interesses do país e sua visão sobre a posição e a liderança dos Estados Unidos no mundo.

Pela primeira vez em sua História a Venezuela viu em uma oposição à Washington uma necessidade. E essa necessidade começou a se articular de duas

formas. No campo diplomático e acadêmico, se intensificou a construção do revisionismo de relações, de cunho periférico como já analisado, com o objetivo de dar ao país linhas gerais para uma atuação política de longo prazo que o distanciasse dos antigos alinhamentos com a grande potência. Já a diplomacia personalista do presidente entrou pelos caminhos da confrontação e do denunciismo, com o claro objetivo de mostrar que sofria graves ameaças por parte dos Estados Unidos e que todas as armas, alianças e estratégias na defesa contra essas ameaças eram legítimas e justificáveis.

La política exterior de la Revolución debe estar en manos de la Revolución, eso es el colmo que haya partidos por ahí haciendo política internacional, a espaldas del liderazgo de la Revolución y del Gobierno Revolucionario, poniendo en peligro alianzas, dándole pie al enemigo, incluso, a que me ataquen en lo personal o en lo político. (CHÁVEZ, 2007: p. 41).

Essa guinada aconteceu logo após os eventos de 2002 e se prolongou em sua fase mais ativa até o fim do governo de George W. Bush e a chegada de Barack Obama à Casa Branca, em 2009. A política presidencial de confrontação com os Estados Unidos foi posta em prática quase que imediatamente após a tentativa de golpe, mas o revisionismo precisou de mais tempo para ser plenamente elaborado e colocado em prática. No plano político, o revisionismo começou a ser executado a partir do aprofundamento das relações com a América Latina e, posteriormente, com outras regiões como Oriente Médio e África. Mas a teorização sobre esse comportamento só começou a ser produzida pelo próprio governo a partir de 2007, como mostra o editorial do Observatório Socialista, produzido pelo Ministério das Relações Exteriores da Venezuela e pelo Instituto Pedro Gual, órgão de formação diplomática, pesquisa e reflexão acadêmica da Chancelaria venezuelana.

El Proyecto Nacional Simón Bolívar. Primer Plan Socialista 2007-2013, representa así la continuación de un proceso gestado a partir de 1991 e iniciado oficialmente con las Líneas Generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007. La revolución bolivariana desde entonces ha declarado y reiterado su firme propósito de transformar el sistema neoliberal imperante en el país entre 1989 y 1998, para enrumbarlo hacia un modelo más justo, democrático y productivo, tanto en el ámbito interno como en su política exterior. (OBSERVATÓRIO SOCIALISTA, 2009, p. 4).

O revisionismo de relações da Venezuela foi construído tendo como foco principal os Estados Unidos, o que decorreu também para um reposicionamento do país

frente a todas as demais regiões do mundo. Reconheceu a superioridade americana, mas denunciou seus abusos e defende claramente uma redistribuição de forças no cenário internacional por meio de alianças que tornem o sistema multipolar e com uma nova geopolítica internacional, sendo os Estados Unidos apenas mais um dos polos de poder.

Defendeu que a Venezuela precisava se aliar a um polo alternativo de poder aos Estados Unidos e que este seria também o caminho mais viável para toda a América Latina, que precisa se manter unida politicamente e fisicamente (por meio de integração de infraestrutura) para fazer frente à influência americana.

La construcción de un mundo multipolar implica la creación de nuevos polos de poder que representen el quiebre de la hegemonía unipolar, en la búsqueda de la justicia social, la solidaridad y las garantías de paz, bajo la profundización del diálogo fraterno entre los pueblos, su autodeterminación y el respeto de las libertades de pensamiento. Por lo tanto, se hace necesaria la creación de nuevos espacios de integración en materia económica, política, financiera, militar y cultural, capaces de hacer posible los vínculos en el marco de la diversidad. (OBSERVATÓRIO SOCIALISTA, 2009: p. 8).

A participação da Venezuela nesse contexto multipolar foi definida a partir de duas grandes vertentes: energia e integração. O revisionismo venezuelano apostou em seu protagonismo no cenário energético mundial para que atrair atores relevantes e para participar de outros blocos de poder alternativos aos Estados Unidos. A efetivação dessa participação, por sua vez, foi tentada no plano global por meio de alianças e no plano regional por meio de projetos de integração energética e física, consideradas de longo prazo e de difícil e custosa reversão.

Foi a partir da iniciativa presidencial de uma postura de confrontação que a orientação externa venezuelana começou a construir os fundamentos de seu revisionismo periférico de relações. E foi a partir dessa construção que o país começou a direcionar seus objetivos estratégicos com cada região de forma mais clara durante o governo Chávez. Durante a primeira fase de seu governo, a autonomia em relação aos Estados Unidos resultou em um maior contato com outros países e regiões. Dois objetivos permearam, como já citado no início deste capítulo, os contatos venezuelanos com outras regiões: a manutenção dos preços do petróleo e, no caso da América Latina, iniciativas de integração. Estas, no entanto, sem grande orientação e objetivos concretamente adaptados para a nova realidade do século XXI.

A elaboração dos fundamentos revisionistas por parte do governo permitiu também a definição mais precisa do que esperar e do que trabalhar em cada uma das regiões do globo, tendo em vista sempre um papel mais ativo do país em outros núcleos de poder, uma menor dependência econômica em relação aos Estados Unidos e uma postura de oposição política à liderança hegemônica americana sobre o sistema internacional. No quadro abaixo, publicado no Observatório Socialista, periódico eletrônico do Ministério das Relações Exteriores da Venezuela, o governo resume seus objetivos estratégicos para cada uma das regiões consideradas vitais para o país e o que esperar de cada uma delas.

### **As relações revisionistas da Venezuela com o mundo**

#### **ÁREA**

#### **GEOESTRATÉGICA**

#### **OBJETIVOS**

- Participar da construção do novo MERCOSUL até a consolidação da União das Nações Sul-americanas (UNASUL)

- Consolidação do eixo de liderança Cuba-Venezuela-Bolívia para impulsar a ALBA como alternativa a ALCA e aos TLC.

#### **América Latina e Caribe**

- Fortalecer o esquema de integração sul-americana, por meio da UNASUL, ampliando e consolidando as relações políticas, econômicas e culturais com o Caribe.

- Neutralizar a ação del Império fortalecendo a solidariedade e a opinião pública dos

movimentos sociais organizados.

- 
- Irã, Síria, Bielorrússia e Rússia**
- Consolidar a aliança política integral emergente com base nos interesses comuns anti-imperialistas.
  - Fomentar a criação de zonas de intercambio Tecnológico, produtivo e para o fortalecimento da defesa nacional.
  - Consolidação de uma postura comum nos organismos internacionais.

- 
- China, Vietnã e Malásia**
- Intensificação da integração econômica, sócio cultural, científica e tecnológica.
  - Construir um novo marco de comercio mundial que permita romper com os núcleos hegemônicos de intercambio comercial.
  - Intensificar a atração de investimentos de empresas e de capital estatal.
  - Criação de fundos binacionais de desenvolvimento para a implementação de projetos.
-

## **Europa**

- Consolidar as alianças políticas com forças

sociais, partidos políticos e parlamentos nacionais, com especial ênfase nos movimentos sociais.

- Intensificar o relacionamento com os governos de Espanha, Portugal e Reino Unido.

---

## **África**

- Contribuir para consolidar a presença da África na geopolítica mundial.

- Incrementar as relações com os países africanos dentro da política de intercâmbio Sul-Sul.

---

## **Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)**

- Reforçar os vínculos com países da OPEP.

- Incrementar o intercâmbio comercial, científico e tecnológico com países do Oriente Médio.

- Incrementar as relações com outros países exportadores.

---

## **Estados Unidos**

- Intercâmbio com os movimentos sociais.

- Divulgação de informação sobre a realidade venezuelana através de meios alternativos.

- Fomentar o intercâmbio permanente de personalidades de

---

âmbito político, social,  
acadêmico y religioso.

-Incrementar o apoio e a  
solidariedade com os setores  
excluídos da sociedade norte-  
americana.

-Incentivar a organização de  
grupos de solidariedade com a  
revolução bolivariana.

---

Fonte: Observatório Socialista n 11 2009, p 10

### **De 2009 a 2011: A volta ao revisionismo autonômico**

A vitória de Barack Obama na corrida presidencial americana e sua chegada ao poder, em 2009, provocaram no governo Chávez uma forte disposição para a uma mudança de tom em sua política externa em relação aos Estados Unidos. Apesar da política revisionista pouco ter sido impactada quanto aos seus fundamentos com a mudança, a diplomacia de confrontação conduzida por Chávez sofreu um forte revés nos primeiros meses do novo governo americano e a prática revisionista das relações também.

Ainda durante a campanha presidencial nos Estados Unidos, Miraflores já havia acenado com receptividade às declarações do então candidato democrata de que teria um discurso mais conciliador do que seu antecessor com governos até então considerados rivais ou hostis. Na visão venezuelana, Obama poderia adotar uma postura menos intervencionista, o que significava dar menos ouvidos e apoios aos líderes oposicionistas mais radicais dentro da Venezuela. Uma vez reduzidas as chances de interferência americana no equilíbrio de forças internas da Venezuela, menor a necessidade de se adotar uma diplomacia agressiva e focada na denúncia em relação a Washington.

Nas vésperas da Cúpula das Américas, em 2009, Chávez declarou à imprensa que esperava “zerar as relações entre Estados Unidos e Venezuela. Quero usar o botão reset”, em um claro e raro gesto de disposição de diálogo com Washington. A esperança venezuelana, no entanto, durou pouco tempo.

Apesar de não ter o mesmo tom de discurso de seu antecessor e de ter feito gestos concretos de moderação em alguns temas importantes da agenda americana, Obama não sinalizou com distensão em relação à Venezuela e deu continuidade ao tom crítico contra Caracas. Não poupou, inclusive, a PDVSA de sanções comerciais severas nos Estados Unidos por conta de seu relacionamento comercial com o Irã. Obama evitou encontros bilaterais com Chávez em todos os eventos de cúpula onde os dois presidentes estiveram presentes e por várias vezes fez duras críticas ao que classificou como postura antidemocrática do presidente.

As relações não foram zeradas como esperava Chávez e as críticas do presidente venezuelano em relação aos Estados Unidos continuaram. Mas o tom da diplomacia de confrontação foi radicalmente reduzido e a política externa revisionista, apesar de não ter perdido sua essência teórica, passou a ter contornos bem menos ativos que no período do governo Bush.

Não decorreu, neste caso, apenas por conta da mudança de governo nos Estados Unidos, mas por causa de uma série de fatores conjunturais que tornaram a política revisionista de Chávez com menos margem de ação e sua postura retórica, já mais contida, com bem menos visibilidade. Entre esses fatores destacam-se: a crise econômica mundial e a forte retração nos preços internacionais do petróleo entre 2008 e 2009, mudanças nas agendas de atores regionais e internacionais relevantes para a política revisionista venezuelana e um desgaste nos projetos latino-americanos de integração regional.

A crise econômica mundial de 2008 foi responsável por uma queda considerável dos preços internacionais do petróleo entre 2008 e 2009. O preço do barril tipo brent despencou de cerca de US\$ 140 em julho de 2008 para pouco mais de US\$ 60 em julho de 2009. A Venezuela, que já sofria problemas macroeconômicos graves como a perda de poder aquisitivo das classes mais baixas por conta da inflação, viu sua receita governamental despencar no mesmo período, comprometendo inclusive projetos

sociais. A falta de recursos para os programas de inclusão rapidamente aumentou a insatisfação da base popular de apoio ao presidente e fortaleceu a oposição, que pela primeira vez desde que o presidente assumiu o poder voltou a participar de forma regular do processo eleitoral e conseguiu consideráveis 40% das cadeiras na Assembleia no ano seguinte, em 2010. Um alerta amarelo para os governistas especialmente para as eleições majoritárias futuras.

A necessidade de manutenção das exportações para os Estados Unidos voltou à pauta prioritária do governo, em uma tentativa de se garantir a receita, e os projetos de integração regional perderam velocidade. Estes não somente pela crise econômica, mas também pela mudança de postura de Estados centrais nesse processo, como o Brasil.

Sem o aprofundamento dos projetos de integração na velocidade desejada, sem dinheiro suficiente para dar continuidade a projetos implementados em anos anteriores e para continuar incentivando parcerias com os países vizinhos, e com os Estados Unidos focados em outras preocupações de sua agenda, restou a Venezuela adotar uma conduta externa mais moderada e, conseqüentemente, mais tímida nos planos regional e global.

A tentativa de diálogo por parte do governo venezuelano, por si, já se configurava em uma conduta diferente da que era adotada por Caracas durante o governo George W. Bush. É importante ressaltar, no entanto, que tal comportamento não implicou em uma mudança radical da orientação revisionista do país, nem na alteração de seus fundamentos, apesar das limitações conjunturais para sua execução. O que sofreu forte recrudescimento foi a confrontação antagônica conduzida por Chávez em relação aos Estados Unidos, substituída por uma postura crítica, mas bem menos voraz e mais rarefeita. De fato, é correto afirmar que neste período a postura antagônica, se não foi totalmente abolida, foi radicalmente cerceada pelo próprio presidente.

### **Considerações Finais**

Uma análise comparativa, à luz de uma descrição histórica, das políticas externas dos governos de Punto Fijo e do período do governo Chávez entre 1999 e 2011 nos permite chegar a algumas conclusões que confirmam tanto a tese de que o período Chávez é marcado por uma postura que conjuga ruptura, como marca central de sua

diplomacia, a fortes elementos de continuidade em relação às décadas anteriores, consolidando a hipótese de que elementos estruturais e históricos tiveram e ainda têm papel fundamental no comportamento da Venezuela no sistema internacional.

Elementos estes que foram indiferentes à orientação de governos nos últimos cinquenta anos. Entre essas conclusões, pode-se destacar:

O relacionamento bilateral com os Estados Unidos foi o aspecto de maior mudança proporcionado pela chegada de Chávez à presidência. Durante quase quarenta anos a Venezuela adotou uma política de alinhamento sob condições, fiel a Washington no tema central da Guerra Fria em quase todo o período, e com momentos de divergência e competição pontual em questões regionais, sem que isso abalasse as relações bilaterais. Chávez inaugura um período de revisionismo periférico de relações com a grande potência, até então inédito na História venezuelana. Revisionismo esse, no entanto, não somente fruto do voluntarismo em Caracas, mas possível também graças ao fim da Guerra da Fria, à mudança de agenda nos Estados Unidos pós 11 de Setembro de 2001 e às conjunturas hemisférica e global após os atentados. Importante ressaltar ainda que esse revisionismo não foi uniforme e que atingiu seu momento mais emblemático e antagônico de fato entre 2002 e 2009.

A política de aproximação da Venezuela dos países vizinhos utilizando o petróleo como moeda, apesar de por motivos diferentes, ocorreu de forma semelhante no período Chávez e nos governos de Punto Fijo dos anos 70. A lógica da integração econômica e da aproximação estratégica eram as mesmas, apesar de pequenas adaptações.

A política externa da Venezuela nos últimos cinquenta anos adotou a mesma postura estrutural em relação ao petróleo: em momentos de alta dos preços do barril e de grande ingresso de dívidas, o país adota postura mais autônoma no cenário internacional, adotando posturas que visam um maior protagonismo. Foi o caso dos governos de Punto Fijo na década de 70 e o período Chávez entre 2002 e 2009. Em momentos de baixa nos preços do petróleo e consequente queda na receita, a política externa venezuelana recrudesce, voltando ao seu perímetro de segurança. No caso dos anos 80, a uma maior aproximação com os Estados Unidos e, entre 2009 e 2011, a uma postura de distensão e menos agressiva do governo Chávez em relação a Washington.

Entender a dinâmica entre ruptura e continuidade na comparação entre o período Chávez e os governos de Punto Fijo, sem dúvida, é compreender melhor os fatores mais profundos que movem a política externa da Venezuela, conseguindo-se dessa forma traçar panoramas mais densos sobre seus anseios, necessidades, capacidades reais e objetivos.

### **Bibliografia**

ALEXANDER, Robert Jackson. **The Venezuelan Democratic revolution: A Profile of Regime of Romulo Betancourt**. New Brunswick, NJ: Transcition Books, 1982.

BARROS, Pedro Silva. “Venezuela: mudanças e perspectivas – A razão chavista”. In: **Venezuela, Perspectivas e Mudanças: Prêmio América do Sul 2007**. Brasília: Funag, 2007.

BOESNER, Demetrio. **Venezuela ante Centroamérica y el Caribe: virajes y perspectivas**. Caracas: Mimeo, 1982.

CALDERA, Rafael. “Caldera: autoanálisis de su política exterior”. **Perfil Internacional, N 1**, Caracas: Escuela de Estudios Internacionales. Universidad Central de Venezuel, 1980.

CARDOZO, Elsa. “La política exterior de Venezuela”, 1984-1989: entre las vulnerabilidades económicas y los compromisos políticos. In: **Política Internacional**, n 14. Caracas: Asociación Política Internacional, 1989.

CATALÁ, José Agustín. **La política internacional de Carlos Andrés Perez**, Vol I. Caracas: Ediciones Centauro, 1980.

CHÁVEZ, Hugo. 1999: **Año de la refundación de la república**. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2005.

ELLNER, Steve e HELLINGER, Daniel (eds.). **La política Venezolana en la época de Chavéz: clases, polarización y conflicto**. Caracas: Nueva Sociedad, 2003.

ESCOBAR, Janet Kelly e ROMERO, Carlos Alberto. **Venezuela y Estados Unidos: coincidencias y conflictos**. Caracas: Los libros de El Nacional, 2005.

FURTADO, Celso. **Ensaio sobre a Venezuela: Subdesenvolvimento com Abundância de Divisas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

GOBIERNO BOLIVARIANO DE LA REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. **Selección del Discursos del presidente del la Republica Bolivariana de Venezuela, Hugo Chavez Frias: 2001 año de las leyes habilitantes**. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la Republica, 2001.

GUIMARÃES, Cesar. Integração Hemisférica ou Integração Autônoma. In: SOARES DE LIMA, Maria Regina (org). **Desempenho de governos progressistas do Cone Sul**. Rio de Janeiro: Edições Iuperj, 2008.

LOMBARDI, John V. "El permanente dilema de Venezuela: antecedentes de las transformaciones chavistas". In ELLNER, Steve e HELLINGER, Daniel (eds.). **La política Venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto**. Caracas: Nueva Sociedad, 2003.

ROMERO, Aníbal. "Situación y perspectivas del sistema político venezolano". In MAGALLANES, Manuel Vicente (org.). **Sistema político venezolano, clubes franceses y tendencias electorales**. Caracas: Consejo Supremo Electoral, 1989.

ROMERO, Carlos. **“Las relaciones entre Venezuela y Cuba desde 1959 hasta 1978”**. Fragmentos. N 6. Caracas: Celarg, 2001.

ROMERO, Maria Teresa. **Venezuela en Defensa de La democracia (1958-1998): El Caso de La Doctrina Betancourt**. Caracas: Fundación para La Cultura Urbana, 2005.

SALAS, Miguel Tinker. **“US. Oil Companies in Venezuela: Na Enduring Alliance”**. In **Venezuela: Hugo Chávez and The Decline of an Exceptional democracy**. ELLNER, Steve; SALAS, Miguel (orgs). Toronto: Rowman & Littlefield Publishers, 2007.

SOARES DE LIMA, Maria Regina. “Instituições Democráticas e Política Exterior”. In: **Contexto Internacional**. Vol 22, n 2, julho/dezembro, pp 265-303. Rio de Janeiro, 2000.

TRINKUNAS, Harold A. **“The logic of Venezuelan Foreign Policy during the Chávez Period”**. In CLEM, Ralph S. & MAINGOT, Anthony P. Venezuela’s Petro-Diplomacy: Hugo Chávez Foreign Policy. Tampa: University Press of Florida, 2007.

VALENTE, Leonardo. “A política externa venezuelana no século XXI: Novos olhares, antigas amarras e a integração sul-americana como a principal saída para o desenvolvimento”. In: **Venezuela, Perspectivas e Mudanças: Prêmio América do Sul 2007**. Brasília: Funag, 2007.

ZAMBRANO V., J. A. **Centroamérica & Contadora**. Caracas: Editorial Ex Libris, 1989.

#### Fontes

CHÁVEZ, Hugo. **Discurso del inicio de la construcción del Partido Socialista Unido**, 24 de marzo de 2007. Página 41. Ediciones “Socialismo del Siglo XXI”, No. 2.

#### Notas:

[i] Professor adjunto de Relações Internacionais e Geopolítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em Ciência Política pelo Iesp/Uerj, mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (PPGRI/UFF). Jornalista, graduado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Eco/UFRJ).